



Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

FUSÃO ENTRE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: TENDÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS?

NATHÁLIA GREGÓRIO DE SANTANA¹

Resumo: Este é um intento em compreender a fusão de organizações não governamentais como uma tendência das políticas sociais e de que forma o Brasil se torna estratégico para as organizações de cooperação internacional para captação de recursos. O propósito desse artigo é levantar elementos que possibilitem a reflexão sobre qual o interesse do capital nas políticas públicas no Brasil atual. Para tal reflexão partimos da fusão entre a Fundação Abrinq e a Save the Children.

Palavra-chave: Fusão. Terceiro Setor. Fundo público.

Abstract: This is an attempt to understand the merger of non-governmental organizations as a trend of social policies and how Brazil becomes strategic for international cooperation organizations to raise funds. The purpose of this article is to identify elements that allow reflection on the interest of capital in public policies in Brazil today. For this reflection, we start from the merger between the Abrinq Foundation and Save the Children.

Keyword: Fusion, Third Sector. Public fund. Non-governmental organizations

1. INTRODUÇÃO

As políticas sociais passam por um largo processo de desmonte no seu caráter de reprodução da classe trabalhadora e garantia de direitos, nos marcos do capitalismo, sobretudo nas últimas décadas, no qual aprofunda-se a apropriação privada do fundo público pelo capital. Esses ataques se dão sob o argumento da crise fiscal do Estado e opera corte nos investimentos sociais para atender as demandas do capital e diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho. (SILVA, 2012).

No caso do Brasil, logo após a tentativa de garantir uma proteção social para o trabalhador a partir de um longo processo de lutas que culminou no reconhecimento de vários direitos na Carta Magna de 1988, o Estado brasileiro passa a atender os ditames

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <nathaliasantana91@hotmail.com>.

do neoliberalismo fazendo com que as políticas sociais já sejam formuladas e implementadas sob os ditames da contrarreforma do Estado.

A Constituição Federal de 1988 incorpora muitas das reivindicações de grupos e movimentos sociais que se mobilizaram durante seu período de elaboração, dentre eles o reconhecimento pela primeira vez de crianças e adolescentes como sujeito de direitos assegurando o direito à vida, saúde, educação, moradia e assistência, convivência familiar e comunitária, estabelecendo ainda prioridade absoluta nas políticas sociais, inclusive na destinação de recursos para a formulação e implementação de políticas públicas. A Constituição Federal estabelece a descentralização e municipalização dos serviços como uma forma compartilhada de gestão com a ideia de desburocratização, participação e desconcentração, garantindo maior efetividade na execução das políticas considerando as diferenças regionais e articulando distribuição equitativa de condições para todas as localidades, garantindo os direitos da sociedade.

No entanto, o que aconteceu efetivamente com as políticas sociais foi a descentralização e municipalização como desresponsabilização do Estado, as políticas sociais públicas passam por desmontes desde do seu processo de formulação até a execução. (FRANCO, 2015). A municipalização na política da criança e do adolescente no que tange os serviços voltados para crianças e adolescentes sob a medida de proteção traduziu –se em sua grande parte em desresponsabilização do setor público e repasse para o chamado terceiro setor.

Desde os anos 1990 o país passa pela contrarreforma do Estado, tendo em vista as exigências e os obstáculos para a efetivação dos direitos conquistados, essa contrarreforma se dá a partir de uma grande campanha por reformas, desqualificando o público e apontado a Constituição Federal como atrasada e ineficiente, apresentando o privado como a melhor forma de gerir e privilegiando as privatizações. De acordo com Behring (2011, p. 152) o sentido da contrarreforma “foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso”.

A contrarreforma foi possível a partir da crise de 1980 da qual resultam orientações de organismo multilaterais para a implementação de reformas estruturais, guiadas pelo Consenso de Washington, e as disputas do processo de democratização do país. De acordo com Castelo (2017) o neoliberalismo foi instaurado no país no

governo Collor de Melo, consolidado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e aprofundado nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff com diferenças entre si.

A crise fiscal a que se referem os defensores das reformas é identificada como resultado de perdas de arrecadação do Estado e elevado gasto com políticas sociais, assistência, subsídios e compensações. Porém, na verdade a crise relaciona-se com o uso político e econômico que a classe dominante tem realizado diante do capital: com o pagamento da dívida pública, renúncia fiscal, socorro a empresas em falência, construção de infraestrutura para atender as demandas produtivas do capital. (MONTAÑO, 2003).

As reformas do Estado impactam diretamente na vida da classe trabalhadora estabelecendo uma mudança na racionalidade e nos valores sociais, alterando o perfil do cidadão, flexibilização das legislações trabalhista e substituição a ideologia do modelo fordista/keynesiano. Nessa reforma do Estado modifica-se o trato com a questão social, agora o indivíduo é responsabilizado por atender suas necessidades. De acordo com Castelo (2017) no contexto neoliberal o Estado “não retorna a uma suposta fase liberal do “Estado mínimo”, mas, ao contrário, se amplia tanto na sociedade política, com o fortalecimento dos aparelhos coercitivos de expropriação e exploração, quanto na sociedade civil. ”

Nesse contexto, as políticas sociais públicas não atendem as demandas e necessidades da classe trabalhadora sobre sua reprodução social e as expressões da questão social, de acordo com Montaño (2003) o trato a questão social inserido no projeto neoliberal apresenta a coexistência de três formas de respostas a questão social, são elas a precarização das políticas sociais públicas, a privatização das políticas através da mercantilização dos serviços e a re-filantropização e essas respostas consolidam cidadãos respectivos a cada resposta, são eles os usuários do serviço público precarizado, os integrados nos serviços por meio do mercado e os assistidos pelo terceiro setor.

Para nossa análise sobre a fusão entre organizações não governamentais partiremos da resposta filantrópica as expressões da questão social, que Montaño (2003) apresenta em seu estudo sobre o terceiro setor e a questão social. A filantropia é uma ação da sociedade que remonta a nossa formação histórica, como no atendimento a criança e ao adolescente pela Roda dos Expostos no período colonial, por exemplo, porém é nas últimas décadas que essas entidades se expandem sob a caracterização jurídica de ONGs, Fundações, etc. E sua expansão é justificada pela

supracitada crise fiscal do Estado e complemento das ações onerosas e paternalistas (na visão neoliberal) do Estado.

Buscaremos neste artigo compreender a fusão de organizações não governamentais como uma tendência das políticas sociais e de que forma o Brasil se torna estratégico para as organizações de cooperação internacional para captação de recursos, a partir da análise da fusão Fundação Abrinq – Save the Children, dentro da discussão do viés filantrópico como umas das respostas ao trato da questão social pelo Estado brasileiro.

Primeiro abordaremos os elementos fundamentais do terceiro setor e o projeto neoliberal a fim de compreender como esse mecanismo é funcional a lógica neoliberal capitalista e qual seu contexto de expansão. Após essa abordagem, trataremos do contexto de formação e caracterização da Fundação Abrinq e da Save the Children, considerando a particularidade da segunda, que é uma organização de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Em seguida apresentamos o contexto e análise da fusão Fundação Abrinq – Save the Children e por fim buscaremos compreender quais as implicações que essa nova configuração representa para as políticas sociais brasileiras.

2.A RESPOSTA FILANTRÓPICA AO TRATO COM A QUESTÃO SOCIAL E O PROJETO NEOLIBERAL

De acordo com Montañó (2003) há uma falta de rigor na definição das entidades que compõe o terceiro setor, nesse sentido desenvolveu-se no Brasil uma legislação que propiciou a criação de entidades não governamentais e sem fins lucrativos, sendo bastante útil para a desresponsabilização do Estado, porém ao contrário do que se faz acreditar grande parte dessas instituições depende para seu funcionamento particularmente da transferência dos fundos públicos. Essa transferência se dá a partir das parcerias entre o Estado e a sociedade civil, que ainda de acordo com o autor:

o objetivo é claramente ideológico: visa mostrar não um desmonte da responsabilidade estatal nas respostas às sequelas da 'questão social', a eliminação do sistema de solidariedade social, o esvaziamento do direito a serviços sociais de qualidade e universais, mas no seu lugar quer fazer parecer como um processo apenas de transferência desta função e atividades, de uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada (o Estado), para outra supostamente mais democrática e participativa e mais eficiente (o "terceiro setor"). MONTAÑO (2003, p. 199-200).

O financiamento estatal de forma direta ou indiretamente através de auxílios e contribuições, subvenções sociais, convênios, contratos de gestão, termos de parceria e isenção de impostos é fundamental para as organizações do terceiro setor para realizar as parcerias. Essas parcerias também são mais uma estratégia de demonstrar aparentemente a separação entre política econômica e política social. (MONTAÑO, 2003).

Além do fundo público as organizações do terceiro setor buscam financiamento do setor privado e das organizações de cooperação internacional, desta forma já que a legislação permite a livre captação de recursos as entidades do terceiro setor brasileiro passam a manter também relações com entidades internacionais, com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital, desenvolvendo um perfil de acordo com Montaño (2003, p.212) de “filantropia empresarial”.

É pelo viés do financiamento que podemos observar pontos importantes sobre o terceiro setor brasileiro e as suas financiadoras internacionais. Em primeiro lugar é necessário compreender que a globalização não é sinônimo de distribuição de emprego e renda por todo o mundo, muito pelo contrário, as economias centrais continuam em seus padrões de desenvolvimento e os países periféricos continuam na sua condição de dependentes destas economias, porém podemos observar que os grandes complexos industriais passam a buscar mais ativamente instalar-se nos países dependentes para garantir maior arrecadação de capital, não diferentemente, resguardadas suas devidas proporções, as organizações não governamentais internacionais também precisam expandir-se para garantir sua sobrevivência formando de acordo com Aragão (2012, p. 296) “ o controle global da solidariedade”.

No Brasil os movimentos sociais e as organizações do terceiro setor, que surgiram na década de 1960 foram influenciados pela Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), que sempre seguiu os ditames econômicos e políticos dos países cooperantes, nesse período o que estava em disputa era a hegemonia dos Estados e da Europa.

Duas décadas após a Segunda Guerra Mundial, a Europa já estava amplamente recuperada da situação do pós-guerra. Partidos políticos, empresas e novos movimentos sociais já se encontravam preparados para disputar a hegemonia dos Estados Unidos pelo mundo por meio de investimentos políticos e econômicos em um novo perfil de organização da sociedade civil. (ARAGÃO, 2012, p. 271).

De acordo com Montaño (2003) as Organizações não-governamentais (ONGs) se expandem nos anos 1990 a partir da mudança de orientação dos doadores

internacionais que passam a não destinar mais recursos diretamente aos movimentos sociais e sim diretamente as ONGs e pela criação de um grande quantitativo de organizações voltadas exclusivamente para a captação de recursos, com capacitações e serviços para o terceiro setor.

O capital por meio do Estado objetiva desmobilizar a sociedade civil para instrumentalizá-la, como ideologia para transformar a sociedade em meio para o projeto neoliberal desenvolver a estratégia de reestruturação capitalista. Nesse sentido a funcionalidade do terceiro setor para o neoliberalismo é servir de instrumento para justificar: o processo de desestruturação da seguridade social e desresponsabilização do Estado no social. (MONTAÑO, 2003).

Em 2010 um estudo sobre a *As Fundações privadas e Associações sem fins Lucrativos no Brasil*, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), em parceria com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), demonstrou que de 2006 a 2010, “houve crescimento de 8,8% das fundações privadas e associações sem fim lucrativo no Brasil, passando de 267,3 mil para 290,7 mil entidades no período. Esta expansão é significativamente menor (14%) do que a observada no período de 2002 a 2005 (22,6%)” (IBGE, 2010, p. 63).

Podemos considerar que o período correspondente entre ao aumento mais expressivo do terceiro setor nos anos de 2002 a 2005 ocorre também pela expansão de serviços nas políticas sociais orientadas pelo neodesenvolvimentismo que tenta conciliar desenvolvimento econômico e social.

Em contextos de crise, assim como a de 2008, o impacto imediato é no financiamento das políticas sociais e também nas parcerias entre Estado e Sociedade civil, diminuição do incentivo a doações de grandes organizações nacionais e internacionais. O suporte público do Governo Federal para ONGs foi reduzido de 2,5% do orçamento federal em 2005 para 1,8% em 2010 (SITAWI, 2013). O fundo público socorre, agora como mais nitidez e empenho o capital financeiro, restando apenas o chamamento das instituições para as doações individuais e as organizações especializadas em estratégias no terceiro setor, não sendo esse um momento tão propício para a expansão de novas organizações.

2.1 A Fundação Abrinq: formação e atuação

A Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e Adolescentes, fundada em 1990, surge a partir da Diretoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente criada em 1989 na Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) e atua desde então como organização sem fins lucrativos e que apresentam como missão a promoção da defesa dos direitos e cidadania de crianças e adolescentes, atuando nos eixos de educação, saúde e proteção. Ela surge no período em que o Estatuto da Criança e do Adolescente é promulgado e de acordo com Marcio Schiavo (2012), membro do Conselho Consultivo da Fundação Abrinq – Save the Children, a Fundação Abrinq foi “o primeiro movimento da época a mobilizar, conscientizar e engajar um segmento normalmente distante dos movimentos sociais: o setor empresarial”.

De acordo com o artigo 5º do seu Estatuto Social (2016) A Fundação Abrinq “tem caráter exclusivamente de assistência social, sua prestação de serviços é integralmente gratuita e tem por principal finalidade a defesa dos direitos da criança e do adolescente. ” Pautando-se na Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU (1988), na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente e suas estratégias são voltadas para o estímulo e a pressão para implementação de políticas públicas, o fortalecimento de organizações não-governamentais e governamentais, estímulo para a responsabilidade social, articulação política e social na defesa dos direitos das crianças e adolescentes e conhecimento da realidade brasileira para este segmento. (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2016).

Ainda de acordo com o Estatuto da Fundação Abrinq sua receita é formada pelas rendas provenientes de suas ações dos resultados de suas atividades, por doações nacionais e internacionais, rendas fixas e heranças e/ou quaisquer doações em favor da Fundação Abrinq e que não sejam destinados a incorporação ao seu patrimônio realizados por pessoas físicas ou jurídicas em âmbito nacional ou internacional, rendas próprias de imóveis que vier a possuir e pelos rendimentos alcançados de explorações de bens que terceiros confiarem a administração, rendas derivadas do licenciamento de suas marcas ou direitos e da realização de eventos, além das rendas eventuais. O referido Estatuto também prevê que não serão distribuídos resultados vantagens, participações ou parcelas de dividendos ou patrimônio a seus mantenedores e benfeitores.

Dentre os Patrocinadores Máster da Fundação Abrinq apresentados em seu website estão a Microsoft, a Kibon, a Fondation Unilever, Bradesco, Instituto Cyrela, União Europeia, Comic Relief, BVLGARI, Syngenta, Novelis, Health HYgiene Home.

Dentre os patrocinadores, apoiadores e colaboradores estão a Copagaz, o Instituto Alcoa, dentre outros.

A Fundação Abrinq é uma organização de muita importância na área da criança e do adolescente no Brasil, são responsáveis por vários estudos lançados periodicamente sobre a situação da infância no país, participam das discussões em defesa deste segmento e propõe medidas de implementação ao setor público, a partir tanto da participação efetiva dos momentos de debates em Estado e sociedade civil, como através de programas e projetos que interferem diretamente na implementação de serviços a este segmento. A Fundação atua em todas as regiões brasileiras nos eixos de promoção, saúde e educação. (ABRINQ, 2016).

Os projetos da fundação são em boa parte voltados para a gestão e o setor privado como o Programa Empresa Amiga da Criança (1995) com propostas para minimizar o trabalho infantil nas empresas, o Projeto Prefeito Amigo da Criança (1996) comprometendo os candidatos as eleições para as metas sobre a infância e aliando-se aos prefeitos que se declaram Amigos da Criança, oferecendo subsídios para a execução de políticas públicas municipais e dando visibilidade às gestões que obtêm êxito na melhoria dos indicadores relacionados à infância e o Presidente Amigo da Criança (2002) buscando comprometer os candidatos com o compromisso que o país assumiu com a ONU através do documento: *Um mundo para as Crianças*, Luís Inácio Lula da Silva foi o primeiro Presidente Amigo da Criança.

A fundação ao longo de seus 28 anos tem lançado vários relatórios sobre a situação da infância no Brasil, tem participado ativamente no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), apontando os principais desafios para as gestões a nível federal, estadual e municipal através de seus vários documentos e pesquisas, organiza inúmeros seminários com prefeitos e com o setor empresarial e a sociedade civil e sugerindo projetos em todos os níveis administrativos. Embora represente uma marca consolidada e realize projetos envolvendo os vários níveis a Fundação Abrinq não representa uma organização ou estrutura que promova ou busque a ruptura com o sistema capitalista e conseqüentemente o fim da questão social, que em suas múltiplas expressões atinge seu público alvo, a Fundação apresenta estratégias que visam conciliar ações empresariais com o desenvolvimento social.

2.2.A Save the Children: uma organização de cooperação internacional para o desenvolvimento

A Save the Children é uma organização criada no período pós – Primeira Guerra Mundial como uma resposta humanitária quando sua fundadora Eglantyne Jebb articulou uma equipe de especialistas em prol dos direitos das crianças e adolescentes. Em 1920, a Associação Save the Children se tornou a União Internacional Save the Children, como uma tentativa humanitária de “salvar as crianças, que estenderia suas ramificações aos cantos mais remotos do mundo”. Em cinco anos, havia 40 comitês em todo o mundo e arrecadou 4 milhões de libras para ajudar crianças em 30 países – incluindo o Reino Unido. (Save the Children, 2016).

A Save the Children desde sua origem é uma organização de bastante influência na sociedade britânica e no mundo, sua fundadora Eglantyne Jebb escreveu a primeira Declaração dos Direitos da Criança, na versão de Jebb a defesa das crianças era responsabilidade não só do Estado, mas de todos os adultos. Essa declaração foi adotada pela Liga das Nações em 1924 e posteriormente tornou-se o texto base para a atual Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, assinada por 194 nações. Realiza vários estudos locais que apontam desafios e influenciam no cuidado com as crianças nos 12 países em que possui escritórios. Até 2005 possuía dois escritórios no Brasil com sede no Recife e no Rio de Janeiro com projetos essencialmente financiados por recursos captados pelas afiliadas no Reino Unido e Suécia.

Para compreender melhor o funcionamento da Save the Children e qual o contexto da fusão entre esta e a Fundação Abrinq é preciso compreender sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento Norte –Sul. A cooperação internacional para o desenvolvimento inicia no período do pós-guerra, de acordo com SOUZA:

As origens da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) remontam a um mundo do pós-Guerra composto pelos países ocidentais capitalistas, os países do bloco comunista, e um conjunto de países que ficou conhecido como terceiro mundo, muitos dos quais ainda se encontravam em um contexto de descolonização e dependiam de assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais. A partir dos anos 1960, os países-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – cujas origens remontam à CID na forma do Plano Marshall –, passaram a ser conhecidos como doadores tradicionais, conquanto os países do chamado terceiro mundo – ele mesmo um grupamento altamente heterogêneo – eram identificados como recipiendários. (SOUZA, 2014, p. 11).

A institucionalização da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento é intimamente relacionada ao período pós – Segunda Guerra Mundial, cujas funcionalidades e procedimentos formam aperfeiçoados. A Guerra Fria e as rivalidades Leste Oeste foram determinantes de acordo com Souza (2014 apud IDA, 2017) para que no campo liberal ocidental fossem tomadas decisões de promoção a cooperação entre as nações e “as narrativas, as modalidades de ação, o processo decisório sobre o destino prioritário dos fluxos e expansão organizada das atividades de campo abrangente do desenvolvimento foram conformando uma verdadeira ‘arquitetura da ajuda’”.

O Plano Marshall para reconstrução da Europa é considerado o plano de ajuda mais ambicioso da história e que viabilizou grande controle dos Estados Unidos na região europeia, permitindo a expansão de empresas norte-americanas, garantindo grande parte da hegemonia norte-americana no pós-guerra. O plano tornou-se referência no debate sobre a cooperação internacional. Os Estados Unidos tiveram destaque na institucionalização da cooperação internacional para o desenvolvimento com a formulação de grandes planos na ajuda bilateral, tornando os termos ajuda e desenvolvimento uma constante no discurso oficial do país. (MILANI, 2014).

No ponto de vista ideológico a agenda da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento se relacionam com os temas dos direitos humanos, descolonização e desenvolvimento. Os direitos humanos ganham ênfase por ser utilizado como contraposto as ideias comunistas e revolucionárias nesse sentido a Organização das Nações Unidas sustentava a legitimação dessa política. (MILANI, 2014).

Ainda de acordo com o autor a crise dos anos 1970 apresentou incertezas nos impactos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e os países centrais, no caso da cooperação Norte-Sul, passam a cobrar que os países que recebem a cooperação passem a se responsabilizar diretamente sobre seus projetos e segurança. Porém essa orientação não representa o reconhecimento da soberania dos países na sua própria agenda econômica e social.

Os anos 1970 são, portanto, paradoxais, uma vez que os primeiros sinais de crise de confiança nos princípios e mecanismos da CID coincidiram com a institucionalização avançada de seus atores, suas práticas, suas narrativas e de todo o seu *modus operandi* que se mantêm, com algumas alterações discursivas e processos de sofisticação metodológica, até os dias de hoje. Muitas das críticas formuladas por intelectuais e movimentos sociais foram, inclusive, integradas, pouco a pouco, na agenda institucional, corroborando a noção de paradoxo. (MILANI, 2014).

Atualmente a cooperação se torna muito mais complexa, alguns países deixam de ser apenas recipiendários e passam a ser doadores enquanto outros se tornam ao mesmo tempo recipiendários e doadores. Simultaneamente a esse processo organizações não governamentais, fundações e empresas a nível multinacional passaram a desenvolver papel crescente e importante na Cooperação. Nos anos 1980 os países passam a ter condicionalidades para receber apoio dos países doadores, passam a ter pacotes de austeridade fiscal, financeira e econômica que seguem os ditames do Estado mínimo e os parâmetros de racionalização do público e implementação de políticas macroeconômicas de acordo com os ditames do Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional, abertura econômica a economia internacional e abandono dos modelos nacionais-desenvolvimentistas. (ARAGÃO, 2012; MILANI, 2014).

Nos anos 1990 a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento foi ampliada e os principais doadores passam a privilegiar as políticas sociais, instituições e governos, gradualmente o sistema de cooperação passa a envolver o Estado, organizações internacionais, ONGs e setor privado. De acordo com Aragão (2012) a cooperação Norte – Sul era de caráter político e financeiro e conseguem a partir das condicionalidades estabelecidas, mesmo que com resistência, influenciar a agenda das ONGs brasileiras.

A origem e magnitude dos fundos arrecadados são principalmente verbas públicas e doações dos países de origem e no contexto dos anos 1980 e 1990 sob a orientação neoliberal, os respectivos governos passam a pressionar que suas organizações desenvolvam estratégias de avaliar a eficiência e a eficácia de suas atividades e estabeleçam e também incentivem as ONGs brasileiras a estabelecer mais laços com o setor privado. De acordo com Aragão (2012, p. 274) “ empresas europeias instaladas no Brasil costumam pressionar, em seus países de origem, para que as ONGs do Norte incentivem as ONGs brasileiras a estabelecerem canais de diálogo com o setor privado”. O incentivo para estabelecer parcerias com o setor privado teve resistência das ONGs brasileiras, mas acabou sendo atendido por ter tornando-se condicionante para obtenção de apoio no caso de várias ONGs internacionais. (ARAGÃO, 2012).

O Brasil nos anos 2000 passa a ser considerado um país doador na cooperação internacional diante do seu investimento que quase dobrou em cinco anos, passando de R\$ 384 milhões, em 2005, para R\$ 724 milhões, em 2009. O país caminhava para se firmar no cenário internacional como doador diferente dos doadores centrais, pois

não estabelecia condicionalidades a seus receptores. Entre os principais destinos das doações brasileiras estavam América Latina e Caribe, África e Ásia. (MATEOS, 2011).

Diante disso as organizações de cooperação que atuam no Brasil passam a considerá-lo promissor para a captação de recursos e, redefinem suas estratégias de inserção no país, agora não apenas para a realização de projetos, mas fundamentalmente buscando seguir as orientações de seus países de origem para estabelecer parcerias. Essas novas estratégias vêm se redimensionando e sendo implantadas em países considerados emergentes que nas palavras de Aragão (2012) indica a finalidade de “encontrar fontes de financiamento em uma lógica que replica elementos inerentes à transnacionalização de empresas no marco da globalização neoliberal”. As estratégias de expansão entre as organizações de cooperação pelo mundo se justificam de acordo com estas, na sobrevivência das ações no contexto da globalização do capital.

2.3. A Fusão entre a Fundação Abrinq e a Save the Children

No contexto de estratégias para expansão por parte das organizações de cooperação internacional o Brasil desponta como uma economia promissora, de acordo com Castelo (2012) apostava-se que “Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social” e que se romperia com o subdesenvolvimento. Nesse período o país amplia suas ações de cooperação internacional Sul – Sul com a Agência Brasileira de Cooperação fundada em 1987. (SOUZA, 2014).

O enfoque expansionista das ONGs europeias engloba mudanças que vão para além do estabelecimento de escritórios em países receptores da cooperação, a expansão é marcada pela busca de novos mercados de captação de recursos, fusão com ONGs nacionais, competição por financiamento.

Contraditoriamente a dita boa fase da economia brasileira, as políticas sociais públicas têm aprofundado os desmontes como a focalização, prioridade a políticas compensatórias e transferência de renda como sinônimo de bolsas. Nesse sentido os serviços das políticas sociais que são desenvolvidos pelas organizações do terceiro setor, que são financiados pelo fundo público como organizações que atuam na saúde, na proteção de crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento por

exemplo, também sentem os impactos dos desmontes resultantes da prioridade da política econômica sobre a social. De acordo o documento da Sitawi ²em seu estudo sobre *Fusões e outras colaborações Estruturadas de Longo Prazo no Setor Social* (2013), a estimativa anual das de aporte as ONGs no Brasil é na ordem de R\$ 15,6 milhões, considerando que conforme os dados já apresentados existiam em média 290,7 mil entidades no período de 2010, o que representa aproximadamente 52 mil reais por organização para infraestrutura, pessoal e projetos.

Diante da diminuição do apoio financeiro das organizações internacionais e do incentivo à busca de estratégias em seus países parceiros e o contexto brasileiro de desmonte das políticas sociais e disputa pelo fundo público e de outras formas de financiamento por parte das organizações do terceiro setor, várias estratégias são estudadas e apresentadas como solução. De acordo o documento da Sitawi (2013) os níveis de colaboração existentes no setor social, são: ONGs não relacionadas, parcerias pontuais, compartilhamento de infraestrutura, Joint-venture (compartilhamento de programa), Franquia Social (compartilhamento de metodologia) e Fusão (compartilhamento de missão). Para nossa análise nos limitaremos as três últimas formas de colaboração e especialmente a fusão.

O estudo define o Joint-venture como compartilhamento de metodologia como a organizações independentes que colaboram para a execução conjunta de um programa com o poder de decisão compartilhado, mas sem alterações jurídicas, com orçamento comum e coordenação conjunta. A Franquia Social, compartilhamento de metodologia, são criadas novas entidades jurídicas direcionadas por uma metodologia, políticas e processos padronizados, embora possuam independência institucional e administrativa. A fusão ou compartilhamento de metodologia é apresentada no estudo como a junção de organizações tanto na metodologia como nos processos administrativos e jurídicos, tornando-as apenas uma entidade. (SITAWI,2013).

Em 2005 a Save the Children encerra as atividades de seus escritórios e busca negociações para abertura de uma afiliada local que possibilite a eficiência de sua atuação no Brasil e captação de fundos no país para o repasse de ações em outros locais do globo. Em 2008 avançam as articulações da estratégia da fusão com a Fundação Abrinq que além de compartilhar da mesma missão da Save the Children tem a habilidade e conhecimento de captação local e privada de recursos, para a Fundação

² A SITAWI Finanças do Bem é uma Organização Social de interesse Público (OSCIP) que atua no desenvolvimento de soluções financeiras para impacto social de empresas e instituições financeiras. Fonte: <https://www.sitawi.net/a-sitawi/> acesso em 20/05/2018.

Abrinq seria um avanço no relacionamento com organizações internacionais. (SITAWI, 2013). A Fundação Abrinq é uma marca consolidada no Brasil, reconhecida e que agrega valor as suas parcerias que utilizam sua marca em parcerias, por esse motivo após a fusão adotou-se o nome Fundação ABRINQ- Save the Children.

Anteriormente a fusão o orçamento das organizações juntos eram de 11% da sua receita, após a fusão esse montante cai para 7% no ano de 2011. Nos termos da fusão a Fundação Abrinq-Save the Children participa das atividades globais como membro da rede Save the Children internacional e sua participação nas decisões do Conselho Internacional ficou condicionada a contribuição de 3,3 bilhões em 2012 para o orçamento internacional.

A fusão gerou desconfianças nas ONGs apoiadas pela Save the Children no Brasil e que se consideravam em grau avançado de diálogo, na Fundação Abrinq no mesmo período houve um desgaste entre membros da administração, considerando que a mesma se tornaria uma fábrica de distribuição de selos fazendo referências ao projeto empresa Amiga da criança. (ARAGÃO, 2012).

3. CONCLUSÃO

Podemos concluir que a fusão entre Organizações não-governamentais pode ser entendida como uma tendência das políticas sociais ao observarmos, que ela integra um conjunto de estratégias de expansão das organizações para reduzir custos e captar recursos. Tratando-se especificamente da fusão entre organizações nacionais e internacionais sob a cooperação internacional, além da característica supracitada temos o reforço à globalização do capital e aproximação e incentivo das ONGs brasileiras a se apropriarem de estratégias relativas ao âmbito empresarial. A cooperação internacional para o desenvolvimento como parte de um modelo de dominação ou ações imperialistas exerce sobre os países nos quais atuam uma influência política, econômica e social, repercutindo nos caminhos e nas ações desenvolvidas no terceiro setor e na esfera pública impactando diretamente na vida da classe trabalhadora.

Na desresponsabilização do Estado do seu papel de proteção social, as organizações não governamentais tornam-se agentes significativos na prestação de serviços e na disputa do fundo público. O fundo público nas últimas décadas vem sendo disputado mundialmente e o Brasil se torna estratégico pela sua ascensão econômica

muito elogiada pelo capital financeiro nacional e internacional, o país deixa de ser visto como um país que precisa de ajuda e passa a ser visualizado como um país de grande potencial doador. E que os recursos repassados por ele para a cooperação internacional precisam ser captados pelas organizações dos países centrais, ainda que sejam para projetos que essas organizações executem nos locais em que o Brasil doa diretamente.

O sistema capitalista transforma todas as relações sociais, instituições, indivíduos, instituições em meios para a acumulação, de acordo com Montaño (2003) instrumentaliza todas as esferas da vida social para acumulação ampliada capitalista. Essa estratégia é necessária para que o Estado rompa com o keynesianismo e possa ser instrumentalizado para as finalidades do neoliberalismo, nesse sentido o terceiro setor é funcional a essa estratégia, pois transforma sociedade civil (heterogênea) em terceiro setor (disseminando a ideia deste ser homogêneo e pacífico). O neoliberalismo trabalha na ideologia da desqualificação do público e na potencialidade do terceiro setor em promover condições melhores a classe trabalhadora.

O aprofundamento das relações sociais capitalistas e o incentivo dos países centrais a aproximação com o setor privado começa a criar uma nova característica ao terceiro setor, no caso das fusões entre ONGs nacionais e organizações internacionais, propiciar a entrada facilitada dessas organizações no país, não mais para executar projetos pontuais, agora entram para disputar o fundo público por dentro das políticas sociais brasileiras, as fusões e as outras formas apresentadas de colaboração são estratégias dessa nova inserção.

Muitas organizações do terceiro setor contratam consultorias especializadas em estruturar fusões entre si e oferecer estratégias empresarias para resolução de problemas de gestão e até contratam especialistas em captação de recursos, trata-se de um processo burocrático e que pode gerar demissões, no caso da Fundação Abrinq-Save the Children conta contou com a consultoria estratégica da BCG.

Quanto as críticas realizadas a época, podemos considerar que a Fundação Abrinq não modificou a forma de organização da Save the Children, mas sim que a organização britânica através das orientações de seus órgãos nacionais buscou uma organização que se aproximasse do perfil de organização privada para tornar-se parceira.

4.REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Daniel Maurício de. O controle global da solidariedade: transnacionalização e privatização na adaptação estratégica de ONGs britânicas no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v.25, n.65, p.269-283, Maio/ago. 2012.

BERING, Elaine. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (biblioteca Básica de Serviço Social).

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Revista Universidade e sociedade**, n. 60, jul./2017. Andes SN. Disponível: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-787666291.pdf>>. Acesso: 20 abr. 2018.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.112, p.613-636, out./dez.2012.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Estatuto Social Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos**. 2016. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/documentos/Estatuto-Social-2016.pdf>>. Acesso em: maio/2018.

FRANCO, Lucia E.F. **A Política da Criança e do Adolescente e o Orçamento Público**. Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e política Social. UFSC, 2015.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 2003.

MILLANI, Carlos R.S. Evolução História da Cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, André Mello. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014.

MATEOS, Simone B. Cooperação internacional: ajuda ao próximo e ao distante. **Revista Desafios do desenvolvimento**, Brasília: IPEA, ano 8, ed. 65, 2011.

SCHIAVO, Marcio. Balanço institucional dos 22 anos da Fundação Abrinq. **GNN O Jornal de todos os Brasis**, 15.fev. 2012. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/balanco-institucional-dos-22-anos-da-fundacao-abrinq>>. Acesso em: abr. 2018.

SILVA, Giselle Souza de. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, Evilasio; (et al). São Paulo: Cortez, 2012.

SITAWI. **Fusões e outras Colaborações Estruturadas de Longo Prazo no Setor Social**. 2013. Disponível em: <<https://www.sitawi.net/publicacoes/fusoes-e-outras-colaboracoes-estruturadas-de-longo-prazo-no-setor-social/>>. Acesso: mar. 2018.

SAVE THE CHILDREN. **Por que Nossa Fundadora aparece em um selo**. Save the Children UK. 16, mar, 16. Disponível em: <<https://blogs.savethechildren.org.uk/2016/03/why-our-founder-eglantyne-jebb-is-appearing-on-a-stamp/>>. Acesso em: abr. 2018.

SOUZA, André Mello. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. In: SOUZA, André Mello. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2014.